

OPINIÃO

Equilíbrio Fiscal: Promessas e Realidade

ANTONIO TUCCILIO

O Brasil encerra 2024 com um cenário econômico desafiador e a tentativa do governo federal de implementar um novo pacote fiscal para reequilibrar as contas públicas. Com uma dívida pública crescente e projeções preocupantes para os próximos anos, a urgência de medidas estruturais é evidente. Mas será que as propostas apresentadas resolvem o problema ou apenas adiam uma crise maior?

O que está em jogo?

O pacote fiscal tem como principal objetivo atingir o equilíbrio das contas públicas, com medidas que prometem economizar cerca de R\$ 71,9 bilhões até 2026. Entre as propostas, destaca-se a limitação do crescimento do salário mínimo a um aumento real de 2,5%, o endurecimento na concessão de benefícios sociais como o BPC e a contenção no crescimento das emendas parlamentares.

Embora essas medidas busquem conter despesas, a questão das emendas parlamentares permanece um ponto sensível. A liberação desses

recursos é fundamental para garantir apoio político à aprovação do pacote no Congresso, mas também levanta dúvidas sobre a transparência e a eficiência no uso do dinheiro público. É essencial que o governo assegure um uso responsável e fiscalizado dos recursos públicos, evitando que o orçamento nacional se torne refém de negociações políticas.

O impacto na economia e na população

O Brasil enfrenta uma dívida pública que já supera R\$ 9 trilhões, enquanto quase 80% do orçamento é destinado a despesas obrigatórias, incluindo o pagamento de juros da dívida. Isso deixa pouco espaço para investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

O impacto da política fiscal vai além das decisões políticas e recai diretamente sobre o povo. Juros altos e inflação elevada, resultados de um cenário de desconfiança econômica, tornam o crédito inacessível e corroem o poder de compra das famílias. Ao mesmo tempo, o aumento da dívida pública coloca em risco o futuro do

país, comprometendo recursos que deveriam ser direcionados ao desenvolvimento social e econômico.

A realidade política

A dependência do governo em negociar emendas parlamentares para viabilizar o pacote fiscal expõe a fragilidade da governabilidade. A falta de transparência no uso desses recursos é uma preocupação antiga, que se agrava em tempos de ajuste fiscal. Enquanto o Legislativo exige mais recursos para emendas, o Executivo tenta equilibrar as demandas políticas com a necessidade de responsabilidade fiscal. No entanto, essa relação não pode continuar a ser um entrave para a gestão pública, sob o risco de perpetuar um ciclo de barganhas que compromete o equilíbrio das contas públicas.

Além disso, a tão anunciada isenção de Imposto de Renda para rendas até R\$ 5 mil é um claro aceno eleitoral, já que a compensação proposta — taxar rendas acima de R\$ 50 mil mensais — é uma medida que enfrentará forte resistência no Congresso. Nesse cenário, a desconfiança do mercado cres-

ce, refletida na alta dos juros e no câmbio instável.

O que esperar?

O pacote fiscal é um esforço para enfrentar o descompasso entre receitas e despesas, mas as medidas propostas são insuficientes para resolver os problemas estruturais da economia brasileira. Reformas mais profundas, como uma revisão no sistema tributário e uma maior eficiência no gasto público, são necessárias para garantir um crescimento sustentável.

Não se pode esquecer que as decisões de hoje moldarão o Brasil de amanhã. Para além das disputas políticas e do jogo de interesses, a responsabilidade fiscal é essencial para garantir a estabilidade econômica e a proteção das gerações futuras. Sem reformas estruturais e um compromisso sério com a transparência e a eficiência fiscal, continuaremos a empurrar os problemas para frente, enquanto a conta, já insustentável, só aumenta.

PRESIDENTE DA
CONFEDERAÇÃO NACIONAL
DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ANTONIO TUCCILIO / ARQUIVO PESSOAL/JC



Com uma dívida pública crescente e projeções preocupantes para os próximos anos, a urgência de medidas estruturais é evidente

ACOMPANHE COM PRATICIDADE
AS NOTÍCIAS MAIS IMPORTANTES
E EXCLUSIVAS DO DIA



BAIXE O
APP JC



Planos de saúde e a nova política de preços, rescisão contratual e reajustes

NATÁLIA SORIANI

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) apresentou, recentemente, um conjunto de propostas que podem redefinir o cenário da saúde suplementar no Brasil. As mudanças visam tornar o setor mais transparente e previsível para os consumidores, ao mesmo tempo que buscam evitar práticas abusivas por parte das operadoras. Os pontos essenciais são: reajuste de planos coletivos; mecanismos financeiros de regulação, como coparticipação e franquia; venda de planos online; e a revisão técnica de preços de planos individuais/familiares.

Uma das mudanças mais significativas diz respeito aos reajustes dos planos coletivos. Atualmente, esses planos não possuem um teto definido, o que gera incertezas e, muitas vezes, aumentos excessivos para os consumidores. A ANS propõe

uma nova metodologia de cálculo, que incluiria o agrupamento de mais beneficiários para diluir riscos. Isso poderia evitar reajustes desproporcionais, particularmente em contratos com até 29 vidas, que passariam a considerar até mil beneficiários de uma mesma operadora.

Outra proposta crucial é a proibição da acumulação de índices financeiros e de sinistralidade no cálculo do reajuste. As operadoras precisarão optar por um dos dois, com o objetivo de fornecer ao consumidor uma visão mais clara e compreensível do cálculo dos reajustes.

A ANS também está revisando as regras para rescisão de contratos, estipulando que cancelamentos só poderão ocorrer no aniversário do plano, com aviso prévio de 60 dias. Esta medida visa evitar que os beneficiários sejam pegos de surpresa e dá-lhes tempo suficiente para procurar al-

ternativas no mercado.

Em relação à coparticipação, a ANS sugere que o consumidor pague no máximo 30% por procedimento. Além disso, os custos anuais de coparticipação não poderão ultrapassar o equivalente a 3,6 mensalidades. Essas alterações pretendem proteger o consumidor de despesas excessivas e garantir que tratamentos essenciais, como terapias crônicas e tratamento oncológico, estejam isentos de coparticipação.

A proposta também inclui a obrigação de que as operadoras ofereçam opções de contratação online para planos individuais, coletivos por adesão e empresariais para MEIs. Essa mudança busca aumentar o acesso e a conveniência para os consumidores.

As propostas da ANS já estão causando repercussão no mercado. A FenaSaúde demonstrou preocupação, alegando que

essas mudanças podem impactar a sustentabilidade das operadoras e aumentar os desafios para garantir o acesso à medicina privada. A Hapvida, uma das grandes operadoras, viu suas ações caírem significativamente após o anúncio, refletindo a apreensão do mercado.

A consulta pública, que ocorrerá entre 19 de dezembro e 3 de fevereiro, será uma oportunidade para que todos os interessados possam discutir e contribuir com as propostas. Além disso, audiências públicas estão programadas para o final de janeiro de 2025, onde serão realizadas discussões detalhadas. A implementação das novas regras está prevista para começar em janeiro de 2026, caso sejam aprovadas.

Essas mudanças propostas pela ANS são parte de um esforço contínuo para equilibrar o setor de saúde suplementar no Brasil. Ao buscar maior trans-

A proposta inclui a obrigação de que as operadoras ofereçam opções de contratação online para planos individuais, coletivos por adesão e empresariais para MEIs

parência e controle sobre os reajustes, a Agência espera criar um ambiente mais justo para os consumidores, ao mesmo tempo que desafia as operadoras a criar um padrão mais rigoroso de práticas comerciais.

ADVOGADA ESPECIALISTA EM DIREITO MÉDICO E DA SAÚDE E SÓCIA DO ESCRITÓRIO NATÁLIA SORIANI